

# Artigo 89 Código Penal Comentado: Entendendo a Suspensão da Declaração de Extinção da Pena em Casos de Livramento Condicional

escrito por Dr. Ademilson Carvalho | novembro 14, 2024



O Artigo 89 do Código Penal brasileiro aborda um aspecto crucial da execução penal: **o juiz não pode declarar extinta a pena enquanto não houver uma sentença final sobre um novo crime cometido durante o livramento condicional.** Este mecanismo jurídico protege a sociedade, garantindo que indivíduos em liberdade condicional não se beneficiem indevidamente até que suas ações sejam completamente avaliadas pelo sistema judiciário. A importância desse artigo reside em sua função de regular a conduta de liberados condicionais, assegurando que não representem risco adicional enquanto se espera o trânsito em julgado da sentença.

O processo de declaração da extinção da pena é, assim, condicionado. Caso o liberado cometa um novo crime durante o período de livramento, o procedimento é adiado. A intenção é salvaguardar o cumprimento das penalidades dentro do contexto legal apropriado. O artigo, portanto, acrescenta uma camada de segurança, limitando o alcance do livramento condicional e promovendo a ordem pública.

Esta abordagem é frequentemente corroborada pela jurisprudência, que interpreta rigorosamente a aplicação das normas do Código Penal. Ao estabelecer diretrizes claras, os tribunais colocam um foco decisivo sobre a responsabilidade dos condenados em liberdade condicional, reforçando a eficácia do artigo como uma ferramenta do sistema jurídico.

## Principais Observações

- O juiz deve esperar o julgamento final para declarar extinta a pena sob livramento.
- Cometer um novo crime em liberdade condicional mantém o processo em aberto.
- A jurisprudência sustenta rigor na aplicação do Artigo 89.

## Entendendo o Artigo 89 do Código Penal



O Artigo 89 do Código Penal estabelece critérios para a extinção da pena relacionados ao cumprimento do livramento

condicional. Esta lei determina as condições sob as quais a sentença pode ser considerada extinta e como o juiz deve proceder.

## **Análise do Texto Legal**

O texto de art. 89 especifica que o juiz não pode declarar extinta a pena enquanto houver pendência de julgamento relacionado ao livramento condicional. Isso significa que, se o indivíduo cometeu uma infração durante o período de livramento, a sentença não pode ser extinta antes de um julgamento definitivo. Essa provisão visa garantir responsabilidade contínua do liberado durante esse período crítico, reafirmando as obrigações legais em vigor.

## **Aplicabilidade do Livramento Condicional**

No contexto do livramento condicional, art. 89 exige que o benefício não seja concedido de forma precipitada. O livramento condicional, uma fase da execução da pena, concede liberdade antecipada ao réu sob certas condições. A aplicação dessa provisão envolve não considerar a extinção da pena até a certeza do cumprimento legal de todas as exigências. Essa abordagem protege a sociedade de possíveis reincidências.

## **Requisitos do Livramento Condicional**

Os requisitos para o livramento condicional são específicos e indispensáveis para a extinção da pena. Entre esses requisitos, destacam-se o bom comportamento do preso durante o cumprimento da pena e a ausência de infrações posteriores durante o período de livramento. A adequação a essas normas é imperativa para que o juiz considere a possibilidade de extinguir a pena, mantendo a segurança e a ordem, conforme a lei de execução penal.

# O Processo para Declaração de Extinção da Pena



O processo para declaração de extinção da pena envolve etapas críticas onde o juiz desempenha um papel crucial, especialmente ao considerar a sentença e o trânsito em julgado. Este procedimento é regido por normas específicas do Código Penal.

## Papel do Juiz na Extinção da Pena

O juiz tem a responsabilidade de decidir sobre a extinção da pena com base na legislação vigente. Antes disso, ele deve verificar se a sentença em questão já transitou em julgado. A presença de uma nova ação penal durante o período de livramento condicional pode alterar a decisão.

O Código Penal Brasileiro, no [artigo 89](#), estipula que o juiz não pode declarar extinta a pena enquanto a sentença não transitar em julgado. Isso garante que todos os recursos legais foram esgotados, e o processo foi devidamente concluído. Essa supervisão assegura que nenhuma pena seja

extinta indevidamente, respeitando tanto o sistema judiciário como o direito do condenado.

## **Decisão Judicial e Trânsito em Julgado**

A decisão judicial sobre a extinção da pena envolve a confirmação de que a sentença atingiu a fase de trânsito em julgado. Isso significa que não há mais possibilidades de apelação. Somente após esta confirmação, pode-se considerar a extinção da pena.

O trânsito em julgado representa a estabilidade da sentença, sendo um requisito indispensável para que o juiz possa avançar na extinção da punição. Esta decisão deve estar alinhada com todas as disposições legais, evitando que a extinção ocorra antes do cumprimento total das condições impostas. A decisão judicial atua como um pilar central para essa determinação, garantindo que os procedimentos legais sejam seguidos rigorosamente.

## **Os Efeitos de Um Novo Crime Durante o Livramento**

Cometer um novo crime durante o período de livramento condicional pode resultar em sérias consequências para o liberado. Esses efeitos geralmente envolvem a revogação do livramento e impactos significativos na execução da pena original.

### **Revogação do Livramento por Novo Delito**

A revogação do livramento acontece quando o liberado comete um novo crime doloso enquanto ainda está sob o benefício de livramento condicional. Neste caso, o juiz é obrigado a revogar o benefício, interrompendo a liberdade do liberado. Como resultado, o tempo em que a pessoa esteve solta não é subtraído da pena original.

A decisão é fundamentada nos [artigos 86 e 88 do Código Penal](#), que determinam que o dano causado à sociedade por um novo crime não permite continuidade do benefício. Esta medida contribui para garantir que o sistema penal seja respeitado e que reincidentes enfrentem as consequências de suas ações.

## **Impacto na Execução da Pena**

O impacto na execução da pena é significativo em casos de revogação do livramento por um novo delito. Primeiro, o tempo que o liberado esteve solto não é descontado da pena total, resultando em um período maior de encarceramento. Além disso, a cometer crimes durante o livramento pode pesar contra o liberado em processos futuros, reduzindo as chances de obter novos benefícios penais.

A reincidência de crimes no período do livramento reflete negativamente na avaliação do comportamento do liberado. Isso pode resultar em maior vigilância e restrições na concessão de futuros benefícios. A proteção da sociedade é priorizada, e o sistema penal procura evitar que reincidentes tirem proveito de brechas legais para permanecerem livres indevidamente.

## **Jurisprudência e Interpretação dos Tribunais**

A interpretação do **Artigo 89 do Código Penal** é fundamental para o entendimento jurídico sobre a extinção da pena. As decisões do **STJ** e a análise de casos relevantes oferecem um panorama claro das implicações práticas desse artigo.

## **Entendimentos do STJ**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem uma posição consistente quanto ao Artigo 89 do Código Penal, focando na proteção da ordem jurídica e no cumprimento integral das penas. As decisões frequentemente se concentram no fato de que

a pena não pode ser extinta até que a sentença transite em julgado, conforme o [Art. 89](#).

Os julgamentos atualizam a **jurisprudência** na aplicação da [Lei de Execução Penal](#), orientando juízes sobre os limites e critérios a serem considerados em casos de **infração penal** durante o livramento condicional. Esta abordagem visa garantir que as penas cumpram seu papel de ressocialização e prevenção, evitando distorções legais através de interpretações flexíveis.

## **Análise de Casos Relevantes**

Os casos analisados pelos tribunais frequentemente destacam situações onde o liberado comete novas infrações durante o período de livramento, o que impede a extinção da pena. Este princípio reflete a necessidade de que as decisões judiciais sejam rigorosas e baseadas na observação minuciosa dos critérios legais estabelecidos pelo artigo.

Um caso emblemático demonstrou que, mesmo diante de **decisões judiciais** fundamentadas em atenuantes, o Artigo 89 foi aplicado para recalcular o tempo de pena a ser cumprido. Essa prática está calcada na **jurisprudência** do STJ, que prioriza o cumprimento legal e a supervisão contínua daqueles em regime de livramento, assegurando um sistema judicial justo e igualitário.

## **Aspectos Complementares do Livramento Condicional**



O livramento condicional no Código Penal brasileiro aborda aspectos como a reparação do dano e a imputabilidade penal do condenado. Outro ponto crucial é o período de prova, que serve como uma etapa onde o comportamento do liberado é avaliado, influenciando diretamente a extinção ou prorrogação da pena.

## **Reparação do Dano e Imputabilidade Penal**

A reparação do dano é um elemento essencial para a concessão do livramento condicional. O condenado deve demonstrar compromisso em reparar os danos causados pelo delito. Esta medida não só mescla elementos de justiça, mas também de responsabilidade social.

Imputabilidade penal refere-se à capacidade do indivíduo de entender e agir conforme a lei. No contexto do livramento, essa capacidade é avaliada para assegurar que o liberado está apto a seguir normas legais sem reincidir.

## **Período de Prova e Suas Implicações**

O período de prova é uma fase crítica que envolve a observação contínua do liberado. Durante este tempo, qualquer infração

pode resultar na prorrogação automática da pena. Segundo o [Código Penal](#), não se pode declarar extinta a pena até que todas as condições sejam cumpridas.

Este período exige que o liberado siga certas obrigações. A falha em cumpri-las pode levar à revogação do benefício, remetendo o apenado de volta à prisão. Esta fase é essencial para garantir que o indivíduo pode viver em sociedade sem riscos de reincidência.

## **FAQ**

O Artigo 89 do Código Penal aborda a condição de livramento condicional e define que a pena não pode ser extinta até que a sentença seja transitada em julgado. As seguintes perguntas frequentes tratam das implicações e condições que podem afetar este estágio jurídico específico.

### **Quais são as consequências legais de uma nova condenação para quem está em livramento condicional?**

Uma nova condenação durante o período de livramento condicional pode resultar na revogação do benefício. Isso implica que o apenado deve cumprir o restante da pena em regime fechado, negando-se, portanto, a liberdade condicional previamente concedida.

### **É possível a reconcessão do livramento condicional após sua revogação devido a uma nova condenação?**

Após a revogação do livramento condicional por uma nova condenação, o apenado geralmente não pode solicitar a reconcessão imediata do benefício. Ele deve cumprir as condições legais impostas para ser elegível novamente, o que

dependerá das circunstâncias individuais e do comportamento do apenado.

## **Como a revogação do livramento condicional afeta a progressão de regime do apenado?**

A revogação do livramento condicional pode impactar negativamente a progressão de regime do apenado. Ao perder o benefício, o apenado retorna ao regime anterior de cumprimento de pena, o que pode atrasar sua elegibilidade para futuras progressões de regime.

## **Quais são as condições para a prorrogação do período de livramento condicional?**

O período de livramento condicional pode ser prorrogado se houver o cometimento de uma nova infração ou se as condições acordadas não forem cumpridas. A prorrogação é uma forma de garantir que o apenado mantenha comportamento adequado até o término estipulado.

## **Qual é o impacto de uma nova infração na situação do livramento condicional de um apenado?**

Cometer uma nova infração enquanto em livramento condicional pode resultar na revogação imediata do benefício. Esse tipo de conduta é considerado uma grave violação, confirmando a extensão da pena conforme decidido pelo juiz do caso.

## **Em que circunstâncias a pena pode ser considerada extinta segundo o Código**

## **Penal Brasileiro?**

A pena é considerada extinta quando o livramento condicional não é revogado até o final do período de prova. Neste caso, desde que não haja uma acusação pendente ou sentença em processo contra o apenado, a extinção ocorre conforme determinado pelo Código Penal Brasileiro.